

Nunes vê motivação política em investigação sobre filme

Prefeito defende empresária alvo de operação e rebate suspeitas de irregularidades sobre o caso

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, afirmou nesta segunda-feira (1º) que a investigação da Polícia Civil que envolve contratos da administração municipal e o Instituto Conhecer Brasil (ICB) pode ter motivação política. Durante conversa com jornalistas, o chefe do Executivo municipal também saiu em defesa da empresária Karina Ferreira da Gama, ligada à entidade investigada e à produtora responsável por um filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro.

A operação foi deflagrada para apurar suspeitas de fraudes em licitações e possíveis desvios de recursos públicos relacionados a contratos de conectividade firmados pela Prefeitura de São Paulo. O foco da apuração está em acordos que somam cerca de R\$ 108 milhões e que envolvem a implantação e manutenção de pontos de acesso à internet em comunidades da capital paulista por meio do

programa WiFi Livre SP.

Segundo os investigadores, há indícios de irregularidades na execução contratual e questionamentos sobre a capacidade técnica da organização contratada para atuar na área de telecomunicações. O inquérito aponta que o histórico de atividades da entidade estaria concentrado em eventos culturais, literários e religiosos, sem experiência consolidada no setor de conectividade pública.

Ao comentar a operação, Ricardo Nunes afirmou confiar na empresária envolvida e sugeriu que a relação dela com o universo político ligado a Bolsonaro pode estar sendo considerada de forma inadequada no contexto da investigação. O prefeito indicou que, caso a apuração tenha relação com a participação da empresária na produção cinematográfica sobre o ex-presidente, a situação levantaria dúvidas sobre a motivação da



Nunes também saiu em defesa da empresária da Produtora do filme de Bolsonaro

ação policial no caso.

A investigação também analisa o cumprimento das metas previstas no contrato. Conforme informações reunidas pela Polícia Civil, o cronograma inicial previa a entrega de 5 mil pontos de conectividade até junho de 2025. Entretanto, os relatórios analisados pelos investigadores indicariam a instalação de cerca de 3,2 mil pontos de acesso à rede pública de internet. A diferença entre o previsto e o executado é um dos elementos que integram a apuração em andamento.

Em nota, a Prefeitura de São Paulo informou que está colaborando com as autoridades responsáveis pela investigação e que toda a documentação solicitada já havia sido disponibilizada anteriormente aos órgãos de controle e fiscalização. A administração municipal da capital afirmou ainda que os processos relacionados ao contrato

são públicos e podem ser consultados por meio dos sistemas oficiais de transparência.

Funcionamento normal

De acordo com o governo municipal, o programa segue funcionando normalmente e os pagamentos realizados correspondem apenas aos pontos efetivamente implantados. A gestão sustenta que não houve desembolso referente à totalidade dos 5 mil pontos originalmente previstos e que os aditivos contratuais tiveram como objetivo garantir a manutenção da infraestrutura já instalada nas regiões atendidas.

A prefeitura também destacou que o contrato passou por acompanhamento dos órgãos de fiscalização, incluindo o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, e rejeitou suspeitas de desvio de recursos públicos. Segundo a administração,

o processo de contratação observou critérios de legalidade, transparência e economicidade.

Repercussão política

O caso provocou repercussão no meio político e ampliou o debate sobre a fiscalização de contratos públicos voltados à inclusão digital. Nos últimos anos, programas de conectividade em áreas periféricas passaram a receber maior volume de investimentos de governos municipais e estaduais, especialmente após a ampliação da demanda por acesso à internet em serviços públicos, educação e atividades profissionais.

Até o momento, não houve conclusão sobre eventuais responsabilidades administrativas ou criminais. As investigações continuam em andamento e deverão analisar documentos, contratos, prestações de contas e a execução dos serviços previstos nos acordos firmados.

Novo Centro Administrativo de SP pode ter moradias para famílias removidas

O consórcio responsável pelo projeto do novo Centro Administrativo do Governo de São Paulo estuda a construção de empreendimentos residenciais sobre áreas atualmente ocupadas por um terminal de ônibus e por uma unidade dos Correios na região central da capital. A proposta busca atender parte das famílias que deverão deixar imóveis atingidos pelas intervenções previstas para a implantação do complexo estadual nos Campos Elíseos.

Segundo informações divulgadas nesta segunda-feira (1º), os estudos consideram a construção de edifícios residenciais capazes de abrigar entre 300 e 400 apartamentos. As unidades seriam destinadas a moradores impactados pelas desapropriações necessárias para a execução do projeto do

novo centro administrativo.

A iniciativa está sendo analisada pelo consórcio vencedor da parceria público-privada responsável pelo empreendimento. A expectativa é que os edifícios residenciais integrem as primeiras etapas de obras da concessão, com previsão de início entre fevereiro e março de 2027, caso os estudos avancem e obtenham as aprovações necessárias.

De acordo com estimativas apresentadas pelos responsáveis pelo projeto, cerca de 600 famílias poderão ser afetadas pelas intervenções urbanísticas previstas na área. Como a quantidade de apartamentos estudada não seria suficiente para atender todos os moradores, parte das famílias poderá ser direcionada para outros empreendimentos habitacionais



Projeção na cidade de São Paulo prevê sete edifícios

ou receber alternativas previstas nos processos de reassentamento e indenização.

O novo Centro Administrativo do Governo de São Paulo está previsto para ocupar uma área

nos Campos Elíseos, região central da cidade. O projeto prevê a concentração de secretarias estaduais e outros órgãos públicos que atualmente funcionam em diferentes endereços da capital

paulista. A proposta faz parte de uma estratégia de requalificação urbana da região e de reorganização das estruturas administrativas estaduais.

Informações divulgadas pelo governo indicam que o complexo deverá reunir milhares de servidores públicos em um conjunto de edifícios planejados para substituir imóveis atualmente ocupados pela administração. O empreendimento também prevê intervenções urbanísticas, recuperação de edificações históricas e mudanças na infraestrutura.

Os estudos sobre as moradias sobrepostas ao terminal e à unidade dos Correios ainda estão em fase de análise técnica e poderão sofrer alterações.

Com informações da Folha de S.Paulo.